

Das presenças e ausências: as Atas da Câmara Municipal de São Sebastião do Caí (1875 a 1892) como fonte de pesquisa

Carina Martiny¹

RESUMO: As Atas de Câmara Municipal, apesar de sua condição de fontes oficiais e de constituírem um suporte documental restrito ao âmbito político-administrativo, constituem importante fonte de análise da dinâmica interna da sociedade, sobretudo quando relacionamos, entrecruzamos e confrontamos as informações, nelas explícitas ou implícitas, com outros tipos documentais. Nosso estudo tem por base a análise das Atas da Câmara Municipal de São Sebastião do Caí de 1876 a 1892, período inicial de estruturação administrativa da vila. É a análise do conteúdo destas Atas que permite o desvendamento da dinâmica das relações de poder que se estabeleceram na nascente vila e, sobretudo, do papel desempenhado pelos diferentes atores sociais.

PALAVRAS-CHAVE: Atas da Câmara Municipal – São Sebastião do Caí – relações de poder

As Atas como fontes

Esta comunicação pretende, mais do que discutir teoricamente metodologias de pesquisa com Atas de Câmara Municipal, compartilhar as descobertas, dificuldades e metodologias de análise obtidas a partir da prática, ou seja, de uma experiência de pesquisa, ainda incompleta, que utiliza tal *corpus* documental. Nosso marco temporal, balizador da pesquisa, são os anos finais do século XIX.

As Atas que nos servem de fonte de pesquisa são documentos elaborados pela edilidade municipal com o intuito de deixar registradas suas ações e decisões. A Câmara Municipal constituía, pois, parte do aparelho administrativo do Império Lusitano transplantado para o Brasil com o intuito de garantir a boa administração das vilas que eram fundadas. Mesmo que tenha seguido o modelo de administração lusitano, o município, no Brasil, adquiriu feição própria, de acordo com as especificidades da realidade americana do Império Português, pois, como já apontava Zenha, seria ingenuidade considerar que “três séculos de município, dentro de ambiente econômico, social e geográfico totalmente diferente, não tenham orientado a instituição por caminhos diversos e não a tenham obrigado

¹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em História – UNISINOS / Bolsista Prosup-Capes

a acomodações e contorções fáceis de imaginar”.² As Câmaras Municipais, enquanto instituição administrativa, foram responsáveis pela manutenção da ordem e pela administração financeira das terras lusas, espalhadas por um vasto império.

Este artigo não pretende discutir a Câmara Municipal enquanto instituição, mas quer, fundamentalmente, apontar e desvendar as possibilidades de trabalho que as Atas produzidas por seus integrantes apresentam ao historiador enquanto documento histórico. Destacamos sua utilização como importante fonte documental em muitas pesquisas recentes, tais como as de Fábio Kühn, que através das “atas e registros da Câmara estabelecida em Viamão” conseguiu “entender a vida política setecentista e identificar quem era a elite política local;”.³

Cabem, no entanto, algumas considerações acerca desta fonte documental. Três importantes aspectos precisam ser discutidos quando tomamos tais Atas como fontes de pesquisa histórica: seu caráter de fonte oficial; a necessidade de utilizar uma metodologia de análise baseada no cruzamento de informações com outras fontes; e, a necessidade de uma análise que apreenda não somente o conteúdo explícito destas fontes, mas também o que nelas está implícito.

As Atas camarárias, na condição de documentação produzida pela administração municipal, são fontes oficiais por excelência. Tal condição é incontestável. Isto determina, em grande medida, as muitas críticas a que estão sujeitos estudos que se utilizam exclusivamente de fontes escritas oficiais, sobretudo porque, por muito tempo, foram utilizadas com o intuito de propalar a objetividade e um suposto status de verdade que desejavam atribuir a sua produção. Certo é que, diante da nova concepção de fonte histórica herdada da *École des Annales*, houve, evidentemente, uma ampliação desse conceito, de modo que tudo o que fosse fruto da vivência humana passou a ser considerado fonte passível de ser utilizada para a reconstrução da história. Entretanto, diante desta ampliação das fontes históricas, as fontes oficiais não deixam de ser encaradas como importante instrumento de pesquisa, que assim como as demais exigem do historiador alguns cuidados metodológicos, tais como o exercício de crítica de seu conteúdo, a consideração do contexto em que foram elaboradas, quem as elaborou e quais as intenções para tanto.

² ZENHA, Edmundo. *O Município no Brasil (1532-1700)*. São Paulo: Instituto Progresso Editorial, 1948. p.39.

³ KÜHN, Fábio. *Gente da fronteira: família, sociedade e poder no sul da América Portuguesa – século XVIII*. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2006. Tese de Doutorado, Programa de Pós-Graduação em História. p.17.

Assim, nesta comunicação, visamos apontar as possibilidades de utilização das Atas de Câmara Municipal como fontes documentais para a pesquisa histórica, partindo, para tanto, da idéia de que não são os documentos em si que caracterizam o resultado de um trabalho historiográfico, mas sim o manejo e a interpretação que o historiador faz destes, o que está diretamente dependente da postura teórico-metodológica por ele assumida. Neste sentido, buscamos demonstrar que, apesar das Atas de Câmara Municipal corresponderem a um suporte documental próprio do âmbito político-administrativo, elas podem constituir importante fonte de análise da dinâmica interna da sociedade, revelando aspectos econômicos e sociais, assim como as relações de poder que se estabelecem em seu interior. A fim de melhor exemplificar os possíveis usos deste tipo de documentação, analisaremos, mais adiante, o caso específico das atas da Câmara Municipal de São Sebastião do Caí de 1876 a 1892.

A grande riqueza das Atas produzidas por membros de uma Câmara Municipal não se reduz ao seu conteúdo. Ela está vinculada também ao que podem nos revelar quando as relacionamos, entrecruzamos e confrontamos com informações obtidas em outras fontes documentais. Assim, pretendemos utilizar para nossa pesquisa outras fontes, como correspondências expedidas por esta mesma Câmara, listas de qualificação de votantes, atas de juntas paroquiais, alistamentos da Guarda Nacional, mapas de população e inventários, com o intuito de realizar uma análise que vincule o quantitativo ao qualitativo. Deste modo, se os registros da Câmara são fundamentais em nossa pesquisa, não são os únicos, pois não abrimos mão de uma metodologia de cruzamento de fontes que nos permita uma visão mais ampla de nosso objeto de estudo.

Por fim, o terceiro aspecto: uma análise que atente para as informações explícitas e implícitas que este tipo de documentação possa nos fornecer. Se muito se pode compreender a partir das ações da Câmara, muito se pode entender sobre esta sociedade a partir das não-ações da Câmara. Se muitas das informações registradas pela Câmara Municipal nos são úteis para compreendermos a dinâmica da sociedade oitocentista, preciosos também são os silêncios que podemos apreender nesta documentação, como pudemos constatar em nossa análise das Atas da Câmara Municipal de São Sebastião do Caí.

Feitas essas considerações iniciais relativas às opções metodológicas que fizemos, apresentamos as Atas com as quais se ocupa a pesquisa: as Atas da Câmara Municipal de São Sebastião do Caí.

“Servirá este livro para se lançar as actas das sessões da Camara Municipal da Villa de São Sebastião do Cahy”⁴: um objeto de análise

As Atas analisadas neste estudo foram as produzidas pela Câmara Municipal de São Sebastião do Caí no último quartel do século XIX. Correspondem, mais especificamente, aos três primeiros livros de Atas das sessões da Câmara que conseguimos localizar, referentes aos anos de 1876 a 1886; 1886 a 1890; e 1892. O primeiro e o último se encontram sob a guarda do Museu Histórico Vale do Cahy, enquanto que o segundo, da Câmara de Vereadores do município.

Vale ressaltar o privilégio de termos tido acesso a tais registros camarários, já que muitos historiadores deparam-se – e com frequência – com dificuldades tanto de acesso, quanto decorrentes do estado de conservação das fontes. No caso deste estudo, as Atas que localizamos cobrem um período – apesar de não contínuo – de quase duas décadas, o que nos permite acompanhar as tendências, permanências e mudanças ao longo deste período tão significativo em termos de transformações para a história do Brasil.⁵

Na continuidade, consideramos importante uma breve contextualização histórica, a fim de situar o leitor sobre o município em estudo e sobre a atuação da Câmara Municipal. Colonizado originalmente por famílias luso-brasileiras, o povoado de São Sebastião pertencia ao município de São Leopoldo até 1875. Neste ano, a Lei nº 995 de 1º de maio elevou a freguesia de São Sebastião à categoria de vila, que, então, juntamente às freguesias de São José do Hortêncio e Sant’Anna do Rio dos Sinos, passou a formar o município de São Sebastião do Caí. A autonomia decorreu da localização privilegiada do povoado: à margem do rio Caí, a vila tornou-se ponto de convergência do excedente produtivo das povoações do interior, uma vez que do porto da vila as mercadorias eram exportadas para a capital da província; por outro lado, a chegada de imigrantes italianos também contribuiu para aumentar a importância do povoado, uma vez que no mesmo porto desembarcaram muitos imigrantes

⁴ Actas da Câmara Municipal de São Sebastião do Cahy, 1876-1886. Museu Histórico Vale do Cahy.

⁵ Este último quartel do século XIX é marcado, entre as transformações mais significativas, pelo fim da escravidão, que colocou em pauta a questão da inserção do ex-escravo na sociedade; pela mudança de regime político no Brasil, que deixou de ser Império para se tornar uma República; e por modificações na legislação eleitoral, que colocaram em questão a discussão do conceito de cidadania, ampliada em lei, mas ainda restrita na prática.

italianos que, vindos da capital, via rio Caí, daí seguiam, por terra, para a região serrana.⁶ Em 1876, tomou posse a primeira edilidade de São Sebastião do Caí, momento a partir do qual foram produzidos os registros que servem de fonte à pesquisa em curso.

Dos caminhos percorridos e daqueles por desvendar: experiências de pesquisa

O contato com as Atas da Câmara de São Sebastião do Caí se deu durante a elaboração de nossa Monografia de Conclusão de Curso de Graduação em História, na Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), em 2007. Nosso objetivo foi, naquele momento, analisar as Atas camarárias, visando constatar a aplicação ou não do Código de Posturas de São Sebastião do Caí, detectando a modificação dos costumes, a ordenação do espaço público e os meios empregados para o controle da população. Além disso, procuramos identificar também, através do conteúdo destas atas, qual teria sido a reação da população a um código que intentava interferir no seu cotidiano e nos seus costumes, cerceando suas liberdades. As Atas nos revelaram que a aplicação do Código não se deu de maneira tão pacífica e que, apesar de não ter despertado reações violentas, foi bastante contestado.⁷

No momento, nos dedicamos à sistematização de dados para a elaboração de nossa Dissertação de Mestrado que propõe o estudo das redes de poder que se estabeleceram no município no momento da passagem do Império para a República no Brasil. Daí a razão de as Atas da Câmara assumirem a condição de importante fonte para o desvendamento das relações de poder existentes na localidade. Consideramos que a análise das Atas da Câmara Municipal não apenas permite a identificação dos membros da elite local, de suas posturas políticas, suas redes de relacionamento intra-elite e para com outros setores, mas, também, pensar a atuação daqueles setores que apesar de não terem produzido essa fonte documental, não deixaram de nela aparecer, seja através do conflito que criaram com a elite dirigente, seja através do papel que a eles é reservado por esta mesma elite. Apresentamos, a seguir, algumas possibilidades de trabalho, a partir de informações constantes, explícita ou implicitamente, nas atas camarárias do município de São Sebastião do Caí.

⁶ Tais aspectos foram mais analiticamente trabalhados no item 2.3 *No curso do rio Caí: de Porto do Guimarães à vila de São Sebastião do Caí* de nosso Trabalho de Conclusão de Curso. (MARTINY, Carina. *Fazer-se vila: São Sebastião do Caí (1875-1892)*. São Leopoldo: Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2007. Monografia de Conclusão de Curso, Licenciatura em História. p.43-51).

⁷ MARTINY, Carina. *Fazer-se vila: São Sebastião do Caí (1875-1892)*. São Leopoldo: Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2007. Monografia de Conclusão de Curso (Licenciatura em História).

O poder local: autonomia, ação e relações

A análise da documentação camarária bem pode revelar algumas facetas do poder local ainda não estudadas – ou mesmo negligenciadas –, tais como o grau de autonomia local, as estratégias para obtenção desta autonomia e a maneira como se deu o controle do poder central sobre um pequeno povoado. O que podemos constatar, com base em assertivas de outros historiadores e em conclusões parciais já obtidas a partir da análise das Atas camarárias e de outras fontes documentais, é que a administração municipal, no Brasil Império, não pode ser encarada como peça inativa do complexo sistema imperial.

Uma historiografia mais recente, que vem revisando a visão tradicional da História do Brasil Colonial, desmistificando a idéia de que o Brasil nada mais era do que apêndice das vontades e necessidades da metrópole, abriu caminho para interpretações que buscam valorizar e ressaltar o grau de autonomia que a colônia detinha. Estes estudos vêm demonstrando que, para além das determinações da Coroa Portuguesa, existia uma dinâmica interna na colônia, que não só era importante como determinante para seu desenvolvimento econômico e político-social. Assim, são referências importantes os trabalhos de Fragoso e Florentino, que nos instigaram a pensar a História do Brasil – não somente a do período colonial –, a partir de uma nova perspectiva: atenta à dinâmica interna e às possibilidades de autonomia local.⁸

Ao tratarmos do período final do Império brasileiro, deve-se considerar que a estrutura do Estado Monárquico no Brasil esteve fundada no ideal centralizador, a fim de garantir que o controle da Corte se estendesse ao âmbito municipal. Isto fica bem evidente nas medidas que buscaram reforçar o caráter centralista do governo brasileiro realizadas durante as Regências, como a Reforma do Código do Processo Criminal (1841) e a Lei de Interpretação do Ato Adicional de 1834 (1840), e a posterior reforma da Guarda Nacional (1850). Entretanto, acreditamos que a elite local possuía espaço de ação através do qual buscava defender seus interesses, pois, mesmo no interior do sistema centralista da Monarquia brasileira, existiram

⁸ Referimos-nos aqui fundamentalmente a dois trabalhos destes historiadores, nos quais fica expressa essa nova maneira de entender a dinâmica imperial. São eles: FRAGOSO, João Luís Ribeiro; FLORENTINO, Manoel. *O arcaísmo como projeto: Mercado Atlântico, Sociedade Agrária e Elite Mercantil no Rio de Janeiro, c.1790-c.1840*. Rio de Janeiro: Diadorim, 1993. FRAGOSO, João Luís Ribeiro. *Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)*. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

brechas para que as vontades das elites locais se expressassem, tanto através de negociações com outras instâncias de poder, quanto pelo controle de setores da administração municipal que detinham significativo poder sobre a vida cotidiana local, como é o caso da Câmara Municipal. As Atas tornam-se, nesse sentido, importante fonte para evidenciarmos o que regia a lei e o que efetivamente era realizado. A Câmara, enquanto instituição local de poder, conforme evidenciam as Atas, possuía maior autonomia do que era previsto por lei.

A Lei de 1º de Outubro de 1828, o Regulamento das Câmaras Municipais, é que delimitava o campo de ação deste organismo administrativo, limitando as funções da Câmara Municipal à esfera administrativa. Assim apontava em seu Título II: “Art.24. As Câmaras são corporações meramente administrativas, e não exercerão jurisdição alguma contenciosa”.⁹ Entretanto, um estudo mais atento da ação da Câmara Municipal nos aponta que seu campo de ação era muito maior, se considerarmos a importância de seu poder no âmbito local. Era, pois, a Câmara que definia os impostos a serem pagos pelos exportadores do município; definia os espaços de diferenciação entre público e privado; determinava normas de comportamento público e de organização do espaço; nomeava funcionários; e criava impostos. Assim, a análise das Atas da Câmara pode nos aproximar da consideração de Zenha: “A ingerência da câmara em todas as questões locais, de qualquer natureza que fôssem, é pronta e constante”.¹⁰ O fato da Câmara Municipal deter o poder de nomear funcionários, por exemplo, constituiu peça-chave para garantir o controle da política local, uma vez que assim permitia a criação, manutenção e ampliação de redes clientelares, baseadas na troca de favores, como o aponta Graham: “Os políticos do século XIX estavam principalmente (mas não totalmente) preocupados com o favor, distribuindo-o ou buscando-o, ou freqüentemente ambas as coisas”.¹¹

Mesmo assim, não descartamos os limites que se impunham à autonomia administrativa da Câmara, ainda mais porque a mesma documentação demonstra que esta esteve em dependência, sobretudo da Assembléia Legislativa e do presidente da Província para obter a aprovação de muitas de suas ações. Piccolo, ao avaliar o poder das Câmaras Municipais no período imperial destaca que, na prática, estas pouca autonomia possuíam,

⁹ BRASIL. Lei de 1º de Outubro de 1828. Dá nova forma às Câmaras Municipaes, marca suas atribuições, e o processo para a sua eleição, e dos Juizes de Paz. Disponível em: <<http://www.brasilimperial.org.br/c24a75.htm>>. Acesso em: 24 de set. 2007.

¹⁰ ZENHA, Edmundo. *O Município no Brasil (1532-1700)*. São Paulo: Instituto Progresso Editorial, 1948. p.38.

¹¹ GRAHAM, Richard. Clientelismo na cultura política brasileira: Toma lá dá cá. *Publicações Braudel Papers*, 15. ed., p.1-14, 2003. Disponível em: <<http://www.braudel.org.br/paper15.htm>>. Acesso em: 14 mar. 2005. p.2

sobretudo em virtude da escassez de recursos financeiros e das imposições políticas, marcada pela forte influência da Assembléia Legislativa nos assuntos municipais.¹²

O que queremos destacar é que as Atas camarárias demonstram que a Câmara Municipal, enquanto órgão presente de poder nas pequenas vilas espalhadas pelo interior do Brasil, dispunha de certo grau de poder e de autonomia que lhe permitiam ampliar sua esfera de ação e seu grau de influência na política local para além do que determinava a legislação.

Dos presentes: a elite nas páginas das Atas

Um levantamento da produção historiográfica atual pode demonstrar que o tema das elites voltou a ser a tônica de muitos estudos. Não sob a ótica de uma história tradicional, “dos grandes homens e dos grandes feitos”, mas procurando entender, a partir das ações e relações da elite, toda a dinâmica social.

Através das atas podemos realizar um levantamento nominativo de uma parcela muito importante da elite política local, ou seja, daqueles indivíduos que ocuparam, por um determinado período, a vereança local. Esta lista nominativa se amplia quando identificamos os demais membros da elite local, como juízes de paz, delegados e aqueles indivíduos que ocupavam algum cargo de poder, elegível, delegado pela Câmara ou nomeado pelo poder provincial ou mesmo imperial, aos quais são feitas referências nas atas. Assim, torna-se possível também desvendar, através destas, algumas redes de poder que eram constituídas no interior de uma comunidade, e como se davam as relações entre estas diversas instâncias.

O levantamento nominativo a partir das Atas permite-nos também saber como se deu a atuação dos membros da elite política local, se sua permanência no cargo se efetivou ou se logo desapareciam da cena política. Como a Câmara designava os seus empregados, podemos, a partir das nomeações relatadas nas Atas, traçar parte importante das relações que esta elite estabelecia na sociedade, além de desvendar as redes, alianças ou enfrentamentos da elite, tanto em termos das relações verticais quanto das horizontais por esta estabelecida. Além disso, ao permitirem traçar um perfil da elite local, podem nos revelar aspectos políticos sobre

¹² PICCOLO, Helga Iracema Landgraf (org.). *Coletânea de discursos parlamentares da Assembléia Legislativa da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul: 1835/1889*. Porto Alegre: Assembléia Legislativa do Estado do RS, 1998. v.1. p.48.

o próprio município e suas feições político-partidárias. Este levantamento nominativo dos vereadores, quando cotejado com informações contidas em outras documentações, como Atas eleitorais e correspondências, pode nos ajudar a delinear as feições partidárias do município, ou ao menos de sua elite.

A passagem que abaixo transcrevemos, e que localizamos na Ata da sessão do dia 20 de novembro de 1889, refere-se à leitura de uma circular do Governo do Estado, assinada pelo Visconde de Pelotas, que informava a Câmara da Proclamação da República. Diante da notícia, a Câmara tomou duas resoluções: a primeira foi a de aderir ao novo governo e a segunda foi a de enviar um pedido ao governador do Estado, proposta esta feita pelo vereador Capitão Guimarães. Consta na Ata que “O Senhor Vereador Capitão Guimarães propoz e a Camara resolveu officiar ao Excelentíssimo Senhor Governador Provisório do Estado digo Governador do Estado do Rio Grande do Sul pedindo a sua benevolencia no sentido de ser posto em liberdade o Doutor Gaspar Silveira Martins”.¹³ Esta passagem do livro de Atas evidencia o apreço da vereança por Gaspar Silveira Martins, confirmando uma inferência que já havíamos feito quando da leitura das Atas de eleições paroquiais e da correspondência enviada ao governo provincial: a de que as primeiras Câmaras eleitas em São Sebastião do Caí possuíam predominância liberal.

Sobre os aparentemente ausentes

Apesar de se constituírem em documentação produzida por uma elite, como já acima nos referimos, as Atas camarárias podem nos revelar muito sobre os demais setores da sociedade. Através das solicitações feitas pela Câmara podemos identificar quais os setores que reivindicavam direitos, que cobravam ações da Câmara ou que se revoltavam contra as ações por ela tomadas. Na sessão do dia 15 de novembro de 1883, por exemplo, a Câmara recebeu requerimentos de moradores de diversos distritos do município pedindo auxílios para o melhoramento e concerto de estradas.¹⁴ Nas atas das sessões da Câmara também podem ser encontrados registros de infrações a algum artigo do Código de Posturas Municipais cometidas por moradores do município. Tais registros nos trazem à tona diversos atores que, por infringirem a lei e por tornarem-se alvo da ação da Câmara, ganharam voz. Moradores do

¹³ Atas da Câmara Municipal de São Sebastião do Cahy, 1886-1890. f.129v-130f. Câmara de Vereadores de São Sebastião do Caí.

¹⁴ Actas da Camara Municipal de São Sebastião do Cahy, 1876-1886, nº 1. 145v. Museu Histórico Vale do Cahy.

município como Pedro Schons e Guilherme Gehrke, por exemplo, só chegaram até nós por terem sido multados ao infringirem um artigo do Código de Posturas.¹⁵

Cidadania: para além de um conceito, uma ação possível

Quando buscamos compreender como se deu o estabelecimento de relações entre os diversos setores da sociedade e a formação de redes clientelistas, não podemos deixar de levar em conta que o momento de que tratamos, o final do século XIX, trouxe à tona uma questão fundamental para entender-se a dinâmica da sociedade brasileira deste período: a cidadania – ou a conquista desta – criou uma certa tensão no interior da sociedade no momento de mudança de regime político. Bonaudo bem assinalou a importância de um estudo que busque compreender o que chama de “el complejo mundo de la ciudadanía decimonónica” através dos caminhos que conduziram a sua constituição no século XIX, ou seja, através da constituição política entre os pares, aqueles para quem ser cidadão derivava de uma condição natural, e através das práticas dos atores subalternos, que partem então da sociedade civil e do espaço público para se ampliar e complexificar.¹⁶ Neste sentido, acreditamos que as Atas podem nos revelar estes relacionamentos, interações e tensões que ocorrem no interior da sociedade caiense de fins do século XIX, favorecendo a compreensão destes esforços de busca pelo status de cidadão. Cabe lembrar que no período em questão, além da abolição da escravidão no país, que facultou – em tese – a incorporação do negro à sociedade, ocorreu a mudança de regime político que determinaria a modificação da legislação eleitoral. Esta, no entanto, mesmo propondo a ampliação dos direitos de cidadania, manteve mecanismos que a limitaram, garantindo, em certa medida, o controle do processo eleitoral pela elite detentora do poder. As Atas permitem-nos, então, ver o grau de transformação real ocorrido na passagem do Império para a República, sendo que, diante de algumas conclusões parciais, podemos apontar que este foi um momento, mais do que de mudanças profundas e radicais, de rearranjos no âmbito da política local.

Bonaudo afirma que tanto os atores que estão subordinadamente incluídos na vida política, quanto aqueles que nem sequer estão comprometidos com o conflito, têm a

¹⁵ Atas da Câmara Municipal de São Sebastião do Cahy, 1886-1890. 126 v. Câmara de Vereadores de São Sebastião do Caí.

¹⁶ BONAUDO, Marta. Revisitando a los Ciudadanos de la República Posible (Santa Fe 1853-1890). *Anuario IEHS*, n.18, 2003. p.213.

possibilidade de exercer seu direito de resistência. Esta resistência, segundo a autora, “puede elegir como escenario propicio los caminos orgânicos e institucionales que el nuevo orden sostiene, o bien apelar a mecanismos informales de presión o finalmente expresarse también com violência”.¹⁷ Assim, reclamar ou solicitar algo à Câmara Municipal pode ser uma maneira tanto de resistir ao mando, efetuada por meios institucionais, quanto o descumprimento de algum artigo do Código de Posturas pode constituir um mecanismo informal de pressão. Estes se tornam mecanismos de “intervención directa de los individuos e la esfera pública”.¹⁸

Este enfoque dado por Bonaudo nos sugere que os registros feitos nas Atas camarárias sobre as reações da população diante das decisões da Câmara e sobre as tensões que se criavam entre o institucional e a sociedade, muito podem nos revelar também sobre o processo de construção de um conceito de cidadania no século XIX.

Uma conclusão inconclusa

Considerando que nossa pesquisa ainda está em andamento e, portanto, sujeita a novas revelações que a leitura e análise das Atas Camarárias do município de São Sebastião do Caí poderão nos oferecer, neste artigo propusemos algumas reflexões sobre as potencialidades de pesquisa com este tipo de fonte oficial. Estamos convencidos de que fontes desta natureza muito podem nos revelar – em suas linhas e entrelinhas –, não apenas sobre o mundo das elites, mas, também, sobre os excluídos deste mundo. Podem, sobretudo, se constituir em importante fonte de análise da dinâmica interna de uma dada sociedade, revelando tanto aspectos político-administrativos e econômicos, quanto as relações de poder que se estabelecem em seu interior.

Referências Bibliográficas

BONAUDO, Marta. Revisitando a los Ciudadanos de la República Posible (Santa Fe 1853-1890). *Anuario IEHS*, n.18, p.213-232, 2003.

¹⁷ BONAUDO, Marta. Revisitando a los Ciudadanos de la República Posible (Santa Fe 1853-1890). In: *Anuario IEHS*, n.18, 2003, p.225.

¹⁸ BONAUDO, Marta. Revisitando a los Ciudadanos de la República Posible (Santa Fe 1853-1890). In: *Anuario IEHS*, n.18, 2003, p.228.

FRAGOSO, João Luís Ribeiro. *Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)*. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

FRAGOSO; João Luís Ribeiro; FLORENTINO, Manolo. *O arcaísmo como projeto: Mercado Atlântico, Sociedade Agrária e Elite Mercantil no Rio de Janeiro, c.1790-c.1840*. Rio de Janeiro: Diadorim, 1993.

GRAHAM, Richard. Clientelismo na cultura política brasileira: Toma lá dá cá. *Publicações Braudel Papers*, 15. ed., p.1-14, 2003. Disponível em:

<<http://www.braudel.org.br/paper15.htm>>. Acesso em: 14 mar. 2005.

KÜHN, Fábio. *Gente da fronteira: família, sociedade e poder no sul da América Portuguesa – século XVIII*. Niterói: Universidade Federal Fluminense, fev. de 2006. Tese de Doutorado, Programa de Pós-Graduação em História.

MARTINY, Carina. *Fazer-se vila: São Sebastião do Caí (1875-1892)*. São Leopoldo: Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2007. Monografia de Conclusão de Curso, Licenciatura em História.

PICCOLO, Helga Iracema Landgraf (org.). *Coletânea de discursos parlamentares da Assembléia Legislativa da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul: 1835/1889*. Porto Alegre: Assembléia Legislativa do Estado do RS, 1998. v.1.

ZENHA, Edmundo. *O Município no Brasil (1532-1700)*. São Paulo: Instituto Progresso Editorial, 1948.